



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 1. DADOS GERAIS DA REUNIÃO

<b>PAUTA DA REUNIÃO</b>	5ª Reunião de 2021 do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil – CORC/DF			
<b>DATA DA REUNIÃO</b>	<b>HORÁRIO</b>		<b>LOCAL</b>	<b>COORDENADORES DA REUNIÃO</b>
	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>		
21/10/2021	09h00	11:37	Microsoft Teams	Glauco

### 2. PARTICIPANTES

	<b>NOME</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>	<b>E-MAIL</b>	<b>TELEFONE</b>
1.	Allan Chaves	SLU	allan.sousa.slu@gmail.com	
2.	Andrea Portugal	ABES/DF	andrea.portugal.fellows@gmail.com	
3.	Caroline Nunes	SUAPS/SODF		
4.	Christinne Siqueira	IBRAM	cpbsiqueira@gmail.com	
5.	Eber Rossi	ASCOLES	eber.rossi@bol.com.br	
6.	Gabriela Sekeff Marques	NOVACAP	asmam@novacap.df.br	
7.	Glauco Amorim	SEMA	gamorimdacruz@gmail.com	
8.	Gustavo DILUR	SLU		
9.	Hamilton Favila	SEMA		
10.	Janaina Araújo	IBRAM	janaina.araujo@ibram.df.gov.br	
11.	Daniela	SEMA		
12.	Luciano Alencar	SINDUSCON	dantasalencar@gmail.com	
13.	Norma Chemin	SODF	norma.chemin@so.df.gov.br	
14.	Silvo Alcântara	ADASA	silvo.gois@adasa.df.gov.br	
15.	Paulo Celso dos Reis	ABES/DF	pcdosreis@gmail.com	
16.	Tiago Moura			
17.	Fabiana			
18.	Kaka Martins	ATTR MARTINS		
19.	Gleicy	SLU		
20.	Ricardo Suaps	SODF		
21.	Larissa Dutra			
22.	Vinicius	SLU		

### 3. ITENS DISCUTIDOS

<b>PAUTA</b>	<b>DEBATE</b>
--------------	---------------



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### DEBATE

Daniela (SEMA) inicia reunião anunciando as informações e regras para o bom andamento da reunião e agradece a todos pela participação. Em seguida, ela apresenta as pautas a serem tratadas na presente reunião. Elisa Meirelles (SEMA), apresenta a primeira pauta a ser tratada, cujo assunto foi sobre a revisão das diretrizes para os resíduos da construção civil e volumosos. Ela relata que o objetivo dessa primeira pauta é passar e analisar com todos os membros as diretrizes e metas que foram estabelecidas no ano de 2013, para atualização do Plano. Elisa e a Daniela (SEMA) informam que irão mandar um documento em forma de formulário, posteriormente a reunião, para melhor avaliação das diretrizes. Seguindo, Daniela (SEMA) descreve cada diretriz, a qual contém estratégias e metas. Posteriormente ela pergunta se há alguma colocação diante do assunto. Glauco Amorim (SEMA) pede a palavra e apresenta as informações iniciais sobre o objetivo da análise das diretrizes, introduzindo o assunto. Daniela (SEMA) pergunta se mais alguém quer falar. Silvo Alcântara (ADASA) relata que se o objetivo é ver o que foi cumprido ou não, pode-se ver que nada chegou a ser cumprido. Com isso, ele propõe a elaboração de um Termo de Referência e revisar pegando como referência o PDGIS para conferir as metas. Luciano Alencar (SINDUSCON) concorda com a fala do Silvo (ADASA) e propõe que se tome por base as diretrizes do Plano de Resíduos Sólidos do Distrito Federal. Além disso, ele comenta que a elaboração de novas diretrizes foge da competência do concelho e sugere que seja contratada uma empresa para fazer essa atualização. Glauco (SEMA), então, esclarece que o objetivo é olhar para o que já foi construído e em seguida prosseguir para a construção de novo plano ou a sua atualização, e assim, propõe que essas sugestões sejam discutidas nas próximas pautas. Claudio (UNB) relatou que ele, o Eber (ASCOLES) e a Janaina (SEMARH na época) participaram da elaboração dessas diretrizes, destacando que o cenário era de dúvidas e que essas dúvidas ainda persistem. Ele aponta que realmente algumas dessas diretrizes não foram alcançadas e outras foram cumpridas como a implementação dos papa-entulhos, porém o descarte irregular ainda é um problema. Diante disso, Claudio (UNB) anuncia sua preocupação com a diretriz número 2, a qual aborda as ATTR. Sendo assim, ele relata a dificuldade com a delimitação de um número, em desconhecimento da demanda e oferta de resíduo, para a reciclagem. Sobre a diretriz número 3, sobre a elaboração e manutenção de um sistema de gestão de controle de RCC, Claudio (UNB) diz que não está disponível e nem chegaram a ser elaborada. Por fim, em relação a diretriz 4, sobre a realização de inventário de RCC, para ele foi a mais fácil de ser cumprida. No entanto, para ele a elaboração de indicadores é fundamental para se chegar a conclusão dessas diretrizes, pois não há dados suficientes para chegar a uma análise. Vinicius (SLU) cumprimenta a todos e concorda que as diretrizes devem ser o foco para o conselho, e que devem ser implementadas, pois ainda são válidas. Além disso, vê cada uma delas como um desafio e comenta que no PGRCC existem propostas que estão fora da realidade, como a implementação de 51 PEVs, que atualmente tem somente 12. Seguindo, Vinicius comenta sobre as áreas de ATTR, e que vê um cenário de aumento de ATTRs privadas e que na URE houve a diminuição da quantidade de resíduos, que pode



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

ser em consequência disso. E sobre os dados quantitativos dos resíduos de construção civil, ele relata que a URE possui muitos dados significativos para fazer análises sobre os resíduos recebidos e assim proceder com a destinação adequada. Por fim, ele comenta sobre a última diretriz, a qual fala sobre as atividades de reutilização e reciclagem de RCC, destacando que a URE está fazendo discussões sobre isso e tem metas a serem cumpridas e acredita que está melhorando enquanto a isso, propondo então, uma nova fase de testes para verificação das especificações técnicas. Martins (ATTR MARTINS) cumprimenta a todos e relata que o alcance dessas diretrizes é muito importante, e também, destaca que saber a quantidade utilizada desses materiais pelo poder público é essencial para saber o que deve ser produzido. Dessa forma, relata que é só a Martins que tem feito a triagem do material no âmbito das ATTRs e que tem beneficiado no total de 96% desse material e só 4% é considerado rejeito. Também relatou sobre a utilização dos agregados na construção civil públicas. Silvo (ADASA) entra na discussão e pergunta se essas ATTRs já estão inseridas no sistema RCC para dar baixa das CTRs e diante do desejado aumento da iniciativa privada, já pensar no início de um trabalho para fazer o registro desses quantitativos de resíduos. E comenta sobre o que o Vinicius (SLU) falou referente aos agregados e acrescenta que é de competência do CORC definir a porcentagem a ser utilizada. Daniela (SEMA) relata que mais para frente será apresentado um mapeamento das licenças existentes de ATTRs particulares, mas que não existe acesso aos quantitativos e que isso pode ser visto mais para frente. Martins (ATTR MARTINS) acrescenta que a Martins está hoje processando 15 mil toneladas por mês e que eles conseguem fazer o cálculo pela densidade do material. Luciano (SINDUSCOM) diz que ainda persiste a dúvida em relação a quem fará a execução da atualização do Plano e apresenta as metas importantes que ele observou no PDGIS, as quais na opinião dele estão em andamento e tiveram melhoras. Ele, então, propõe que o foco seja a fiscalização. Glauco (SEMA) responde que a ideia é colocar em discussão para compartilhar com todos os membros e avaliar os avanços feitos. Eber Rossi (ASCOLES) sugere que haja um relatório para cada diretriz a fim de avaliar o que foi feito e o que falta fazer, para assim ter uma discussão mais ampla, estabelecendo novas metas. Vinicius apresenta um panorama sobre a atividade da URE enquanto aos materiais graduados. Ricardo (Secretaria de Obras) cumprimenta a todos e retorna a fala do Luciano referente o PDGIS e o PGRCC, destacando que as metas do PDGIS são derivadas do Plano Distrital de Gestão Integrada e quando foi feita a consultoria com a empresa SERENC, cujo objetivo era discutir a compatibilização das diretrizes com os Planos. Com isso, ele propõe que uma análise para a incorporações de estudos por parte de consultoria externa das diretrizes e metas que estão propostas no plano de gestão de resíduos de construção civil. Nesse sentido, também sugere que na próxima reunião da equipe que vai elaborar o termo de referência seja incorporada essa ideia. E sobre os agregados gerados necessitam de certificação e avaliação técnica para a sua utilidade e aplicabilidade nas obras. Ribamar (DF Legal) entra na discussão e cumprimenta a todos, relatando sobre os progressos já feitos e destaca a importância da publicação do Decreto



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

pelo CORC, pois irá ajudar nas atividades da fiscalização, melhorando a qualidade. Além disso, se coloca à disposição para a fiscalização nas áreas de transbordo e diz que precisa muito do apoio dos companheiros. Glauco (SEMA) agradece as considerações feitas pelos membros e que elas serão elencadas. Em seguida, ele prossegue com a segunda pauta da reunião, referente as informações sobre atualização do PIGRCC. Elisa (SEMA) esclarece sobre a organização feita pela equipe da SEMA para a realização da presente reunião e destaca que toda essa discussão faz sentido e deve ser levada para a comissão que fará a atualização do PDGIS. Ricardo (SODF) relata que deve ressaltar que cabe ao CORC a análise do PIGRCC e alerta sobre a decisão política que vai decidir os modelos que impacta as políticas de gestão de resíduos nos órgãos. Daniela (SEMA) prossegue com a apresentação das pautas e inicia a discussão da terceira pauta, a qual tem como tema os indicadores de avaliação 2018, 2019 e 2020. Sendo assim, ela discorre sobre as demandas dessa pauta, como o relatório de indicadores, que inclui a necessidade de demanda do MPDFT. Glauco (SEMA) complementa dizendo que essa pauta é de extrema importância e urgente, comentando que foi feito a Minuta de Nota técnica chegando aos indicadores elencados. Ele também questiona ao SLU e a Secretaria de Obras se ambos receberam essa demanda pelo Ministério Público e se isso já foi atendido por eles, acrescentando o questionamento se existe já esse relatório feito pelo SLU ou pela Secretaria de Obras. Silvo (ADASA) relata que em relação a esse tópico a ADASA já faz a avaliação do cumprimento das metas do PDGIS relacionados ao serviço públicos de limpeza urbano e resíduos sólidos, além de informar que devesse pegar como referência os indicadores desses relatórios já feitos. Elisa (SEMA) concorda com a fala do Silvo (ADASA), relatando que é preciso verificar essa diferença de resíduos e destaca que os relatórios feitos por eles são muito bem feitos e complexos. Dessa forma, ela solicita que seja indicado pela ADASA os indicadores que se referem especificamente aos resíduos de construção civil para auxílio. Além disso, ela destaca que precisa da resposta do Ricardo ou do próprio SLU sobre o cumprimento dessa demanda. Vinicius pede a palavra para responder pelo SLU e relata que o SLU sempre manda os dados, mas sem complexidade. Diante disso, ele destaca que pode ser feito um relatório mais elaborado. Também comenta que não chegou nenhuma demanda para ele do Ministério Público. Ricardo (SODF) complementa que estava tentando rastrear essa demanda, mas ele diz que desconhece. Elisa (SEMA) responde que vai providenciar essa resposta no âmbito do CORC e pede ao Vinicius (SLU) que estabeleça um prazo para a SEMA, pois foi feito um relatório com os dados do SLU. Dessa forma, ela informa que esse relatório será enviado para ser avaliado por eles e questiona quando será possível que o mesmo verifique e atualize os dados de 2018 e 2019. Ricardo (SODF) afirma que essa demanda não chegou para eles e pede que esse processo seja encaminhado a eles. Silvo (ADASA) diz que os indicadores que estão no relatório da ADASA que falam de RCC são o de cumprimento das metas de implementação dos PEVs e o indicador que fala da coleta de entulho. Então, Elisa (SEMA) relata que vai mandar um Ofício ao SLU e a Secretaria de Obras com essa demanda do Ministério Público, contendo a Minuta com a avaliação inicial e pede



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

ao Vinicius (SLU) a determinação de um prazo possível para o cumprimento dessa demanda. Vinicius (SLU) diz que não demora para fazer isso, pois já tem os dados levantados. Elisa (SEMA) propõe que ele também coloque no relatório os dados de 2020 se houver tempo hábil. Daniela (SEMA) segue com a apresentação das pautas, destacando as informações sobre a regulação para definição de preços. Glauco (SEMA) agradece e complementa que o conselheiro Silvio vai dar um panorama sobre esse assunto. Silvo (ADASA) relata que diante deste processo, existem duas questões, a primeira se refere a qualidade do material que não é de competência da ADASA e o segundo ponto é sobre a regulação das questões relacionadas a esses resíduos. Ele demonstra também a preocupação com a realização ou não da regulação dos preços e qual nível dessa regulação. E relata que fizeram uma Nota técnica com base nos documentos oferecidos pelo SLU, em seguida foi encaminhada a assessoria jurídica e legislativa que fez um parecer com as respostas. Tal parecer vai ser discutido pela ADASA internamente para se concluir qual será o papel dela diante do assunto de regulação. Finaliza, pedindo paciência, pois a ADASA está trabalhando para definir essas questões. Martins (ATTR MARTINS) reitera que é importante a venda dos agregados para a ATTRs, a fim de manter ela aberta e para o incentivo das próximas que possam dar licitação futuramente. Glauco (SEMA) relata que foi discutido dentro da equipe da SEMA e elaborou-se uma ideia para ser levada ao âmbito do CORC. Essa ideia consiste na criação de uma Câmara Técnica para fazer o levantamento sobre o assunto, com prazo de validade. Ele pede a opinião de todos. Daniela (SEMA) relata a colocação que a Maruska (NOVACAP) fez pelo chat. Ela relata que os laudos de ensaios são de 2019 e não retratam o beneficiamento que tem hoje na URE e sugere refazer os ensaios. Silvo (ADASA) comenta sobre a fala do Martins (ATTR MARTINS) e concorda com ele em relação a necessidade de regulamentação desse agregado, mas que isso não é de competência da ADASA e que isso é feito pelo CORC. Além disso, ele descreve três passos desse processo, como inicialmente ser tratado pela Câmara Técnica o padrão de qualidade, e assim, os interessados devem cumprir essas normas e depois partir para a próxima fase de regulamentação do percentual mínimo de uso. Vinicius (SLU) comenta a fala da Maruska (NOVACAP) e concorda que foram estudos que foram encaminhados lá traz e que muitas coisas mudaram, mas que embasaram os estudos atuais e que ele precisa fazer testes. E conclui relatando que vai ter que caminhar para essas testagens para garantir a norma dele, e assim, partir para a implementação nas obras. Martins (ATTR MARTINS) relata que o CORC tem que partir para as licitações públicas para exigir a quem ganhar a licitação a porcentagem estipulada do reciclado e que seja feito os ensaios. Glauco (SEMA) agradece a contribuição de todos e abre para discussão sobre a aprovação ou não da Câmara Técnica e a indicação dos membros. Elisa (SEMA) reforça algumas informações sobre o regimento da Câmara Técnica, dizendo que pode ser no mínimo um órgão público e um ente do terceiro setor, e no máximo dois de cada. Além disso, ela comenta que a Câmara Técnica pode convocar à vontade especialistas no assunto para participarem e que nesta reunião devem ser definidos os membros e a coordenação. Finalizando, diz que a Câmara



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

Técnica tem 60 dias para apresentação dos dados e podem ser acrescentados 30 dias para finalizar os estudos. Daniela (SEMA) informou que a Maruska (NOVACAP) colocou-se a disposição para a compor a Câmara Técnica. Claudio (UNB) e Kaka ( ) se dispõem a participar. Vinicius (SLU) também se dispõe. Daniela (SEMA) relata que a Maruska (NOVACAP) sugeriu que a coordenação fosse feita pela Secretaria de Obras. A Secretaria de Obras abre mão da coordenação. Elisa (SEMA) esclarece que a coordenação deve ser composta por um dos membros que se dispõem a participar. Claudio (UNB) se dispõe para coordenar a Câmara Técnica. Glauco (SEMA) repassa as informações sobre a composição Câmara Técnica. Claudio (UNB) solicita um documento com as datas de início e com os prazos para a conclusão dos trabalhos. Glauco (SEMA) relata que irá mandar as informações para os membros, a fim de deixar tudo esclarecido. Daniela (SEMA) segue com a próxima pauta, a qual tem como tema as áreas para novas ATTRs, expondo os assuntos para discussão dos membros: fechamento da URE; identificações e providencias para implementação de áreas para novas ATTRs; definição de modelo de gestão; identificação e mapeamento de áreas degradadas passíveis de uso como áreas para deposição final de RCC. Ela apresenta um mapa das ATTRs particulares no DF, duas estão sendo implantadas e três já em funcionamento. Também mostra um mapa das áreas de mineração do DF e relata que é preciso mapear e pensar nos locais de deposição final dos RCCs, considerando as áreas degradadas. Glauco (SEMA) acrescenta que a SEMA foi convidado a participar de uma reunião com o SLU, onde foi discutido o fechamento da URE. E ele relata que as questões que envolvem as ações antes do fechamento devem ser discutidas, tendo em vista que o SLU apresentou que a URE tem capacidade de suporte de três anos de duração. Além disso, ele diz que deve ser focado a discussão na definição de um modelo de gestão e a identificação de novas áreas, passando a palavra para considerações. Luciano (SINDUSCON) relata que gostaria de saber mais sobre essa proposta que envolve as ATTRs e que encontrou com o Barreto da Secretaria de Projetos e ele disse que já estava em andamento um edital de contratação com 6 empresas interessadas. Ele também sugere que o CORC chame uma representação da Secretaria Especiais de Projetos para fazer uma apresentação sobre o assunto, com a finalidade do CORC ter mais ciência e quem sabe contribuir. Ricardo (Secretaria de Obras) relata que o modelo que a SEP passou está de acordo com o que ele falou e que cabe uma decisão política a respeito do modelo que será adotado. E ele dá alguns informes sobre o modelo utilizado pela SEP e reitera que cabe ao governo federal ponderar a qual modelo adotar. Elisa (SEMA) complementa que se os participantes da reunião forem no site da SEP iram encontrar quando foi publicado essa PMI, a qual é um estudo para ser definido futuramente um edital. Ela finaliza dizendo que vai fazer uma reunião com a SEP na próxima semana e que pode trazer eles para uma próxima reunião do CORC. Silvo (ADASA) esclarece que a PMI publicada trata exclusivamente da área do aterro sanitário de Brasília e objetivo é fazer uma pp administrativa para concessão da disposição final com tratamento mecânico, triagem, tratamento térmico, biológico e aproveitamento de biogás, não tendo ligação nenhuma com a área de RCC. Ricardo (SODF) agradece pelos



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

esclarecimentos. Eber (ASCOLES) pede a palavra. Ele reclama da modalidade de reunião e que gostaria de que fosse presencial e volta no assunto sobre a permanência das caçambas discutido na reunião anterior, sugerindo alguma coisa para regulamentar prazo de 10 dias pleiteado pelos membros. Além disso, comenta que existem diversas regras como a padronização, que não é cumprida pelas empresas e o CORC deveria determinar algo nesse sentido para se tornar obrigatório. Sugere também que nas caçambas devem constar a capacidade volumétrica. Ele finaliza demonstrando sua preocupação com o aumento do preço descarte determinado pela ADASA. Vinicius (SLU) complementa e faz algumas considerações a ADASA sobre os preços públicos e pergunta sobre quem ele pode fazer essas considerações especificamente. Silvo (ADASA) responde que as contribuições podem ser mandadas por e-mail ou entregues diretamente a ADASA, ou se for para conversar, ele sugere que o Vinicius (SLU) fale com o Cássio e o Diogo da Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira (ADASA).

Daniela (SEMA) agradece e prossegue para os encaminhamentos e informes para fechamento da reunião. Ela apresenta as recomendações para normatização dos descartes de obras feitas pelo GT – Decisão n 698/2021 do TCDF. Ricardo (SODF) contribui relatando que está em ciclo final das reuniões desse grupo de trabalho e a decisão que se deriva de uma auditoria pelo Tribunal de Contas de procedimentos com foco nas ações do IBRAM, do DR e NOVACAP. Ele diz que o Tribunal de Contas incluiu essa recomendação a Casa Civil e a Secretaria de Obras para que capitaneassem as estruturas de uma política mais clara para uma estratégia para áreas degradadas ou de trasbordo e triagem de resíduos, a fim de diminuir os custos das obras do DF. Além disso, ele relata que o GT pretende encaminhar recomendações ao CORC em relação a revisão do PIGRCC, direcionando ao Tribunal de Contas que possivelmente em breve terá um cronograma de trabalho dessa atualização. E que está no aguardo das respostas da NOVACAP e do DR para mandar uma resposta mais completa para o Tribunal de Contas. Ele comenta também que está providenciando a prorrogação do prazo para finalização do GT e que eles receberam pedido de participação de empresas, que foram ponderadas e convidadas não apropriadas naquele momento, e assim, a partir da atualização dos planos de gestão de resíduos será oportunizado a participação pública e privada dos entes para contribuições. Glauco (SEMA) comenta que pode encaminhar em relação a esse assunto, trazer as recomendações definidas por esse GT para o âmbito do CORC. Ricardo (SODF) concorda. Glauco (SEMA) informa que a Minuta de atualização do PIGRCC, que foi aprovada na reunião anterior e tramitada na área técnica. Ele relata também que foi elaborado uma exposição de motivos que deve ser assinado pelo Secretário e estão encaminhando uma nota jurídica, e posteriormente, encaminhado a Casa Civil. Além disso, começa a dar os informes finais, agradecendo a compreensão de todos pelo tempo utilizado pela reunião que foi um pouco maior e abre a consulta a todos os membros se há possibilidade de ocorrer duas reuniões em novembro e duas em dezembro. Todos concordam. Eber (ASCOLES) pede resposta sobre os encaminhamentos



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

das solicitações anteriores feitas por ele anteriormente. Elisa (SEMA) sugere que seja levantado as informações para uma discussão na próxima reunião, e assim, fazer os encaminhamentos. Glauco (SEMA) agradece ao Eber pela colocação e diz que esse assunto pode ser pauta da próxima reunião. E sugere que a SEPE seja convidada e apresente o modelo para a próxima reunião e ele pede opinião de todos. Todos concordam. Ribamar (DF Legal) agradece a todos e se coloca à disposição. Glauco (SEMA) conclui com os encaminhamentos finais: normatização das caçambas; convite a SEPE; e avaliação dos resultados e avanços do grupo de trabalho que está revisando PDGIS e PDSB. Ricardo (SODF) esclarece que esse GT ainda está na fase de análise dos procedimentos iniciais. Glauco (SEMA) concorda. Elisa (SEMA) relembra os encaminhamentos iniciais das diretrizes e as metas do PDGIS, para que o CORC já faça essa análise ainda esse ano. Ricardo (SODF) diz que ainda não é o momento de trazer resultados ao CORC, mas as contribuições são muito bem-vindas.

Glauco (SEMA) finaliza a reunião apresentando as próximas pautas da reunião, pedindo para que todos façam contribuições no questionário que ai ser mandado dia 27/10/2021. E agradece a participação de todos e pelas contribuições feitas. Todos agradecem e se despedem.

### 4. ENCAMINHAMENTOS

DECISÕES	RESPONSÁVEIS
Encaminhamento de formulário sobre as diretrizes até dia 27/10 com prazo de 10 dias para considerações de todos.	Glauco
Realização de 2 (duas) reuniões extraordinárias do CORC em 2021 nos meses de novembro e dezembro.	Glauco

### 5. FECHAMENTO DA MEMÓRIA DE REUNIÃO

DATA DA MEMÓRIA DE REUNIÃO	MEMÓRIA DE REUNIÃO REGISTRADA POR
	Subsecretaria de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos SUGARS/SEMA